

UMA CRÍTICA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL AOS MODELOS DE TRAÇOS DE PERSONALIDADE: Uma revisão narrativa

HELENA ZIEBELL CARPENA¹; CID PINHEIRO FARIAS³

¹*Universidade Federal de Pelotas –hzcarpena@gmail.com*

³*Faculdade Anhanguera de Pelotas – cidanhanguera@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A psicologia da personalidade consolidou, ao longo do século XX, modelos descritivos destinados a categorizar diferenças individuais em termos de traços relativamente estáveis. Entre essas abordagens, o paradigma dos traços latentes, especialmente o Big Five ou Modelo dos Cinco Fatores, tornou-se um dos mais utilizados e influentes no campo (COSTA; MCCRAE, 1992; JOHN; SRIVASTAVA, 1999).

Sua popularidade deriva, em grande parte, da promessa de oferecer descrições padronizadas, comparáveis e replicáveis em grandes populações, o que o torna particularmente atrativo para pesquisas epidemiológicas, seleção de pessoal e aplicações clínicas breves (JOHN; SRIVASTAVA, 1999). Entretanto, críticas oriundas de tradições como a análise do comportamento e a psicologia contextual questionam profundamente os pressupostos internalistas e mentalistas destes modelos. Tais correntes argumentam que a psicométrica de traços, ao inferir causas internas estáveis, reifica categorias linguísticas como entidades psicológicas reais, criando explicações circulares que obscurecem a função e o contexto dos comportamentos (SKINNER, 1974; MISHEL, 1968; HAYES; BARNES-HOLMES; ROCHE, 2001).

O Big Five emergiu como solução taxonômica para organizar covariações observadas em autorrelatos de adjetivos e comportamentos. A análise fatorial revelou cinco dimensões principais — abertura à experiência, conscienciosidade, extroversão, amabilidade e neuroticismo — que, segundo seus proponentes, captariam de modo abrangente a personalidade humana (COSTA; MCCRAE, 1992; JOHN; SRIVASTAVA, 1999).

Apesar do sucesso empírico na previsão de resultados agregados — como desempenho acadêmico ou indicadores de saúde mental (OZER; BENET-MARTÍNEZ, 2006) — os modelos de traços receberam críticas importantes por reduzirem a complexidade do comportamento humano a pontuações sumárias, desconsiderando contexto, história de aprendizagem e função dos comportamentos (MISHEL, 1968; SKINNER, 1974). A crítica comportamental enfatiza que tais modelos descrevem topografia — isto é, forma ou frequência de respostas — mas ignoram variáveis ambientais que selecionam e mantêm padrões comportamentais (SKINNER, 1953; MOORE, 2011).

Na prática aplicada, incluindo a clínica psicológica, modelos de traços são frequentemente importados sem problematização epistemológica. Essa adoção acrítica pode fomentar interpretações reducionistas do comportamento humano, naturalizando desigualdades e legitimando explicações meritocráticas (MISHEL, 1968; SKINNER, 1974).

Além disso, a psicométrica baseada em autorrelato parte do pressuposto de que as respostas estão diretamente sob controle de variáveis internas latentes,

ignorando fatores como interpretação linguística, deseabilidade social, contexto cultural e estratégias de autopresentação (PAULHUS; VAZIRE, 2007).

Este trabalho objetiva apresentar, por meio de uma revisão narrativa, uma crítica fundamentada da análise do comportamento aos modelos de traços de personalidade, evidenciando suas limitações epistemológicas, metodológicas e políticas. Busca-se problematizar as inferências internalistas que obscurecem variáveis ambientais e históricas na explicação dos comportamentos humanos.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa crítica, baseada em análise teórica de literatura clássica e contemporânea sobre modelos de traços de personalidade e fundamentos da análise do comportamento. O percurso metodológico não segue protocolos sistemáticos rígidos (como PRISMA ou PICO), mas adota um caminho interpretativo que integra contribuições históricas (SKINNER, 1953; MISHEL, 1968) e formulações modernas sobre psicometria e construtos de traços (COSTA; MCCRAE, 1992; JOHN; SRIVASTAVA, 1999), articulando críticas epistemológicas, metodológicas e sociopolíticas à luz do Behaviorismo Radical.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção estatística dos traços e a reificação

Os modelos de traços se originam de análises fatoriais aplicadas a grandes bancos de dados de autorrelato. Covariações observadas entre respostas — por exemplo, quem se descreve como educado também tende a evitar conflitos — são agrupadas em fatores latentes interpretados como dimensões universais da personalidade (JOHN; SRIVASTAVA, 1999; COSTA; MCCRAE, 1992).

Contudo, como destaca Skinner (1974), essa estrutura estatística não equivale a uma causa interna real. A análise do comportamento argumenta que tais covariações derivam da topografia dos comportamentos declarados, sem necessariamente revelar função comum. Por exemplo, a educação pode ser motivada por empatia genuína ou por estratégias instrumentais de autopresentação (PAULHUS; VAZIRE, 2007). Ignorar essas funções e colapsá-las em um único fator estatístico — como “amabilidade” — resulta em uma descrição empobrecida e potencialmente enganosa (MOORE, 2011).

O pressuposto mentalista e internalista

Os modelos de traços assumem que o fator latente — por exemplo, “amabilidade” — é uma entidade interna, estável e causal. Essa suposição cria um discurso circular e mentalista: infere-se que alguém é educado porque é amável, e se conclui que é amável porque é educado (SKINNER, 1974; MISHEL, 1968).

Para Skinner (1953), essa operação não explica nada — apenas nomeia o padrão. É uma reificação: transforma uma abstração estatística em causa substancial. A abordagem comportamental propõe, em contraste, que a explicação genuína exige identificar o histórico de reforçamento, as contingências atuais e a função do comportamento (MOORE, 2011).

Ignorância de função e contexto

Os instrumentos psicométricos são deliberadamente genéricos para garantir validade populacional, mas essa generalidade apaga o contexto. Como ressalta Hayes et al. (2001), sem especificar função, não se distingue entre quem evita conflito por empatia ou por medo de punição.

Para a análise do comportamento, não há comportamento fora de contexto: padrões estáveis são resultado de história de reforçamento diferencial e ambiente presente (SKINNER, 1953; MOORE, 2011). Ao ignorar essas dimensões, os modelos de traços oferecem apenas descrições superficiais e descontextualizadas.

Problemas de validade e viés de confirmação

A psicometria de traços assume que as respostas aos itens estão sob controle direto das variáveis latentes, desconsiderando variáveis moderadoras como interpretação semântica, deseabilidade social e diferenças culturais (PAULHUS; VAZIRE, 2007). Além disso, a validação desses modelos frequentemente utiliza entrevistas clínicas ou julgamentos qualitativos como critério — abordagens idiossincráticas e contextuais — criando uma inconsistência metodológica ao comparar unidades de análise distintas. Esse problema se aproxima do que Durkheim (1895) denominou “falácia ecológica”: inferir causas individuais a partir de padrões agregados.

Implicações políticas e ideológicas

Assumir que diferenças de personalidade são internas, estáveis e até geneticamente ancoradas legitima explicações meritocráticas, que individualizam o sucesso ou o fracasso, desconsiderando fatores sociais e históricos (MISHEL, 1968; SKINNER, 1974). Ademais, ao vincular traços a bases genéticas ou endofenotípicas, esses modelos podem reforçar discursos biologizantes e até eugenistas, ao naturalizar desigualdades comportamentais e sociais (HAYES; BARNES-HOLMES; ROCHE, 2001).

Alternativa analítico-comportamental

Em oposição ao modelo internalista, a análise do comportamento propõe a explicação funcional e contextualizada: investigar antecedentes, consequências e contingências que mantêm padrões comportamentais (SKINNER, 1953; MOORE, 2011). Essa perspectiva substitui a questão “que traço ele tem?” por “em que condições esse comportamento ocorre e qual sua função?”. Essa abordagem recusa a “caixa-preta” internalista, enfatizando a história de interações e a plasticidade do comportamento humano.

4. CONCLUSÕES

A crítica da análise do comportamento aos modelos de traços de personalidade revela limitações conceituais, metodológicas e políticas importantes. Ao reificar abstrações estatísticas como causas internas, esses modelos oferecem explicações circulares e reducionistas, obscurecendo função, história de aprendizagem e contexto.

Além das questões epistemológicas, as interpretações internalistas legitimam visões individualizantes e potencialmente naturalistas, reforçando

desigualdades ao deslocar a causa do ambiente social para o indivíduo. A análise funcional, ao enfatizar contingências e história, oferece alternativa mais parcimoniosa e eticamente responsável para compreender o comportamento humano.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, P. T.; MCCRAE, R. R. *Revised NEO Personality Inventory (NEO-PI-R) and NEO Five-Factor Inventory (NEO-FFI) professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources, 1992.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1895 [1999].
- HAYES, S. C.; BARNES-HOLMES, D.; ROCHE, B. *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition*. New York: Kluwer Academic/Plenum, 2001.
- JOHN, O. P.; SRIVASTAVA, S. The Big Five trait taxonomy: History, measurement, and theoretical perspectives. In: PERVIN, L. A.; JOHN, O. P. (Ed.). *Handbook of Personality: Theory and Research*. 2. ed. New York: Guilford, 1999. p. 102–138.
- MISHEL, W. *Personality and Assessment*. New York: Wiley, 1968.
- MOORE, J. *Conceptual Foundations of Radical Behaviorism*. Cornwall-on-Hudson: Sloan Publishing, 2011.
- OZER, D. J.; BENET-MARTÍNEZ, V. Personality and the prediction of consequential outcomes. *Annual Review of Psychology*, v. 57, p. 401–421, 2006.
- PAULHUS, D. L.; VAZIRE, S. The self-report method. In: ROBINS, R. W.; FRALLEY, R. C.; KRUEGER, R. F. (Ed.). *Handbook of Research Methods in Personality Psychology*. New York: Guilford, 2007. p. 224–239.
- SKINNER, B. F. *Science and Human Behavior*. New York: Macmillan, 1953.
- SKINNER, B. F. *About Behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf, 1974.